

ÍNDICE

SIGLAS	7
MODO DE CITAR	9
NOTA PRÉVIA	13
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO – DOGMÁTICA GERAL DO DIREITO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	23
1. Nota introdutória	23
2. Sociedades	24
2.1. Elemento pessoal	28
2.2. Elemento patrimonial	30
2.3. Objecto	32
2.4. Fim	34
2.5. Apreciação do conceito de sociedade do Artigo 980.º do Código Civil	36
3. Comercialidade das sociedades	37
3.1. Objecto	38
3.2. Forma	40
3.3. Supra e infra ordenação dos requisitos da comercialidade	41
3.4. Sociedades comerciais, sociedades civis e sociedades civis sob forma comercial	42
4. Responsabilidade limitada	43
5. Paradigma da não propriedade	45
6. Sociedades, empresas e estabelecimentos	46
7. Sociedades personalistas e sociedades capitalistas	48
8. Firma	52

9.	Exercício	54
10.	Capital social e património social	55
10.1.	Capital social	55
10.1.1.	Função de financiamento	56
10.1.2.	Função de avaliação económica	56
10.1.3.	Função de garantia	57
10.1.4.	Função de contabilidade	58
10.1.5.	Função de ordenação	59
10.2.	Património social	60
11.	Perda de metade do património social	61
12.	Órgãos	62
12.1.	Órgão de deliberação	64
12.2.	Órgão de administração	65
12.2.1.	Deveres gerais dos membros do órgão de administração	67
12.2.1.1.	Shareholder value approach, stakeholder value approach e teorias de governação societária emergentes	70
12.2.1.2.	Caso paradigmático de Dodge versus Ford Motor Company	75
12.2.1.3.	Responsabilidade social das empresas	76
12.2.1.4.	Corporate purpose	79
12.2.2.	Dever de relatar a gestão e as contas da sociedade	80
12.2.3.	Responsabilidade civil dos membros do órgão de administração	81
12.2.3.1.	Responsabilidade por danos causados à sociedade	81
12.2.3.2.	Responsabilidade por danos causados aos credores	84
12.2.3.3.	Responsabilidade por danos causados aos sócios e a terceiros	86
12.3.	Órgão de fiscalização	87
12.3.1.	Deveres gerais dos membros do órgão de fiscalização	88
12.3.2.	Responsabilidade civil dos membros do órgão de fiscalização	90
13.	Direitos e obrigações dos sócios	92
13.1.	Direitos	93
13.1.1.	Direito a quinhão nos lucros	93
13.1.2.	Direito a participar nas deliberações de sócios	94
13.1.3.	Direito a obter informações acerca da actividade da sociedade	95
13.1.4.	Direito a ser designado para os órgãos de administração e de fiscalização	96
13.2.	Direitos especiais	96
13.2.1.	Direitos especiais nas sociedades por quotas	97

13.2.2. Direitos especiais nas sociedades anónimas	98
13.3. Obrigações	99
13.3.1. Obrigação de entrada	100
13.3.2. Obrigação de quinhão nas perdas	102
13.4. Lucros privatizados e perdas socializadas	103
14. Deliberações de sócios	104
15. Formas de deliberações de sócios	105
15.1. Deliberações unânimes por escrito	107
15.2. Assembleias universais	107
15.3. Assembleias gerais	108
15.3.1. Assembleias gerais nas sociedades por quotas	108
15.3.2. Assembleias gerais nas sociedades anónimas	110
15.4. Deliberações por voto escrito	112
16. Vícios das deliberações de sócios	113
16.1. Inexistência	113
16.2. Ineficácia	114
16.3. Invalidade	116
16.3.2. Anulabilidade	118
17. Procedimento cautelar especificado de suspensão de deliberações de sócios	120

CAPÍTULO II – CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS E REGIME DO CONTRATO DE SOCIEDADE

18. Nota introdutória	123
19. Processo constitutivo	123
20. Processos constitutivos especiais	126
20.1. Empresa na hora	126
20.2. Empresa online	128
21. Negócios jurídicos celebrados durante o processo constitutivo	129
21.1. Dívidas contraídas antes da celebração do contrato de sociedade	129
21.2. Dívidas contraídas entre a celebração e o registo do contrato de sociedade	131
21.3. Dívidas contraídas entre o registo e a publicação do contrato de sociedade	136
21.4. Transmissão de participações sociais por acto entre vivos entre a celebração e o registo do contrato de sociedade	138

22.	Alteração do contrato de sociedade	139
22.1.	Alteração do contrato de sociedade nas sociedades por quotas	141
22.2.	Alteração do contrato de sociedade nas sociedades anónimas	141
23.	Aumento do capital social	144
23.1.	Aumento do capital social por realização de obrigações de entrada	147
23.2.	Aumento do capital social por incorporação de reservas	149
24.	Redução do capital social	153
25.	Operação acordeão	156
26.	Fusão, cisão e transformação de sociedades	157
26.1.	Fusão	158
26.2.	Cisão	159
26.3.	Transformação	161
27.	Invalidades do contrato de sociedade	166
27.1.	Invalidades do contrato de sociedade antes do registo	166
27.2.	Invalidades do contrato de sociedade depois do registo	167
	27.2.1. Nulidade	167
	27.2.2. Exoneração dos sócios e anulabilidade parcial	168
	27.2.3. Efeitos	170
28.	Acordos parassociais	171

CAPÍTULO III – PERSONALIDADE JURÍDICA E CAPACIDADE JURÍDICA DAS SOCIEDADES COMERCIAIS E VINCULAÇÃO

	A NEGÓCIOS JURÍDICOS	175
29.	Nota introdutória	175
30.	Personalidade jurídica	175
31.	Capacidade jurídica	177
31.1.	Liberalidades	178
31.2.	Prestação de garantias a favor de terceiros	179
	31.2.1. Justificado interesse próprio	180
	31.2.2. Relações de domínio ou de grupo	182
32.	Vinculação	185
32.1.	Vinculação nas sociedades por quotas	185
	32.1.1. Objecto	186
	32.1.2. Número de gerentes	187
32.2.	Vinculação nas sociedades anónimas	192

32.2.1. Objecto	192
32.2.2. Número de administradores	193
CAPÍTULO IV – DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, SOCIEDADES FICTÍCIAS E ADMINISTRAÇÃO DE FACTO	195
33. Nota introdutória	195
34. Desconsideração da personalidade jurídica	196
34.1. Imputação	200
34.2. Responsabilização	202
35. Requisitos da aplicação da desconsideração da personalidade jurídica	203
35.1. Mistura da personalidade do agente com a personalidade societária	204
35.2. Abuso da teleologia societária	206
35.3. Obtenção de uma vantagem ilícita ou excessiva	206
35.4. Prejuízo para a sociedade, para os sócios ou para terceiros	207
36. Fundamento e manifestações legais	208
37. Desconsideração da personalidade jurídica fora do domínio do direito privado	210
38. Sociedades fictícias	212
38.1. Sociedades cofre	215
38.2. Sociedades de fachada	217
38.3. Sociedades de sócios silenciosos	218
38.4. Sociedades fantasma	219
38.5. Sociedades <i>offshore</i> ilícitas	222
39. Soluções para os problemas decorrentes das sociedades fictícias	223
40. Administração de facto	224
41. Soluções para os problemas decorrentes da administração de facto	228
CAPÍTULO V – SOCIEDADES POR QUOTAS	231
42. Nota introdutória	231
43. Número mínimo de sócios	232
44. Capital social mínimo	232
45. Quotas	234
46. Responsabilidade dos sócios	235
47. Compensação de créditos e débitos da sociedade e dos sócios perante terceiros	238

48. Natureza das entradas	240
49. Tempo das entradas	240
49.1. Diferimento	241
49.2. Adiamento	244
50. Incumprimento da obrigação de entrada diferida ou adiada	244
51. Amortização	245
52. Exoneração	247
53. Exclusão	249
54. Exclusão judicial	250
55. Direitos dos credores sobre entradas não realizadas	251
56. Quotas próprias	252
57. Obrigações voluntárias	253
57.1. Obrigações acessórias	254
57.2. Obrigações suplementares	255
57.3. Obrigações de suprimento	256
58. Direito à informação	263
59. Direito de voto	267
60. Transmissão de quotas	268
60.1. Cessão de quotas	268
60.1.1. Necessidade de obter o consentimento da sociedade	269
60.1.2. Recusa do consentimento	275
60.1.3. Cessão de quotas como forma de trespasse	276
60.2. Transmissão de quotas por morte	278
61. Distribuição dos lucros de exercício	279
62. Formas ilícitas de conseguir a distribuição de bens sociais	283
62.1. Amortização de participações sociais como forma de distribuição de lucros	284
62.2. Emissão de facturas falsas	285
62.3. Abuso da posição de sócio-administrador	286
62.4. Abuso da posição de sócio-trabalhador	288
63. Gerência	289
63.1. Deveres específicos dos gerentes de sociedades por quotas	289
63.2. Designação	290
63.3. Duração e remuneração	292
63.4. Destituição	293
63.5. Indemnização	294

63.6. Direito especial à gerência	295
63.7. Renúncia	297
64. Fiscalização	299
64.1. Deveres específicos dos fiscalizadores de sociedades por quotas	301
64.2. Designação	301
64.3. Duração e remuneração	302
64.4. Destituição	302
CAPÍTULO VI – SOCIEDADES UNIPESSOAIS POR QUOTAS	305
65. Nota introdutória	305
66. Aplicação subsidiária do regime das sociedades por quotas	306
67. Efeitos da unipessoalidade	307
68. Conversão de sociedades unipessoais por quotas em sociedades por quotas e de sociedades por quotas em sociedades unipessoais por quotas	309
69. Decisões do sócio	312
70. Celebração de negócios jurídicos entre o sócio e a sociedade unipessoal por quotas	313
71. Propostas europeias tendentes à unipessoalidade	316
CAPÍTULO VII – SOCIEDADES ANÓNIMAS	319
72. Nota introdutória	319
73. Número mínimo de sócios	320
74. Capital social mínimo	321
75. Constituição com apelo à subscrição do público	321
76. Acções	323
77. Categorias de acções	325
78. Acções preferenciais sem direito de voto	326
79. Responsabilidade dos sócios	328
80. Natureza das entradas	329
81. Tempo das entradas	329
82. Incumprimento da obrigação de entrada diferida	331
83. Amortização	332
83.1. Amortização sem redução do capital social	333
83.2. Amortização com redução do capital social	333
83.2.1. Imposição	334

83.2.2. Permissão	334
84. Acções próprias	334
85. Aquisição de bens a accionistas	340
86. Obrigações voluntárias	344
87. Obrigações acessórias	344
88. Direito à informação	345
89. Direito de voto	349
90. Transmissão de acções	349
91. Transmissão de acções por morte	351
92. Distribuição dos lucros de exercício	352
93. Adiantamento dos lucros de exercício	354
94. Estruturas de administração e fiscalização	357
94.1. Modelo latino	358
94.1.1. Administração	358
94.1.2. Fiscalização	361
94.2. Modelo anglo-saxónico	362
94.2.1. Administração	363
94.2.2. Fiscalização	363
94.3. Modelo germânico	364
94.3.1. Administração	365
94.3.2. Fiscalização	367
95. Negócios celebrados entre a sociedade e os administradores	368
96. Obrigações	370
CAPÍTULO VIII – RELAÇÕES DE COLIGAÇÃO SOCIETÁRIA	375
97. Nota introdutória	375
98. Definição das relações de coligação societária	378
99. Relações de simples participação	379
100. Relações de participação recíproca	381
101. Relações de domínio	382
102. Relações de domínio total	384
102.1. Relações de domínio total inicial	384
102.2. Relações de domínio total superveniente	385
103. Relações de grupo paritário	385
104. Relações de subordinação	386

CAPÍTULO IX – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	389
105. Nota introdutória	389
106. Dissolução	389
106.1. Dissolução administrativa	392
106.2. Dissolução por deliberação	393
106.3. Dissolução oficiosa	394
107. Liquidação	394
107.1. Débitos da sociedade	396
107.2. Créditos da sociedade	397
107.3. Partilha do património restante	398
CAPÍTULO X – ENTIDADES OBRIGADAS A ASSUMIR FORMA SOCIETÁRIA	405
108. Nota introdutória	405
109. Fintech	406
110. Instituições de crédito	413
111. Intermediários financeiros	415
112. Seguradores	417
113. Sociedades de agricultura de grupo	418
114. Sociedades de investimento e gestão imobiliária	419
115. Sociedades desportivas	421
116. Sociedades financeiras	423
117. Sociedades gestoras de participações sociais	425
CONCLUSÃO	429
BIBLIOGRAFIA CITADA	447
JURISPRUDÊNCIA CITADA	453